



**SUPERINTENDÊNCIA
DA ZONA FRANCA DE MANAUS**

www.suframa.gov.br

Clipping Local Mídia Impressa

Coordenação Geral de Comunicação Social - CGCOM

Manaus, sexta-feira, 23 de setembro de 2011

JORNAL DO COMMERCIO CAPA	1
JORNAL DO COMMERCIO Frente & Perfil	2
OPINIÃO	
JORNAL DO COMMERCIO Entrevista Francisco Praciano.....	3
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Entrevista Francisco Praciano (continuação)	4
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Trabalho.....	5
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Follow-Up	6
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO União	7
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Atividade industrial tem recuo	8
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Agosto	9
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO Superávit	10
ECONOMIA	
JORNAL DO COMMERCIO BLOGS.....	11
AMAZONAS EM TEMPO Recursos.....	12
POLITICA	
AMAZONAS EM TEMPO Desaceleração.....	13
ECONOMIA	
AMAZONAS EM TEMPO Manteiga nega protecionismo em alta de IPI para veículos	14
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Cidade sem calçadas	15
OPINIÃO	
DIÁRIO DO AMAZONAS Micros e pequenos sofrerão primeiros impactos com a nova lei do aviso prévio	16
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Mudanças no IPI forçam clientes a cancelar pedidos de carros importados	17
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS Cresceu a atividade da indústria em agosto, aponta estudo da CNI	18
ECONOMIA	
DIÁRIO DO AMAZONAS EDITAL DE CONVOCAÇÃO	19
ECONOMIA	
MASKATE CAPA	20

MASKATE CAPA	21
MASKATE Fala S3rio	22
MASKATE Senado aprova MP dos tablets e ZFM agoniza	23
POLITICA	
MASKATE Senado aprova MP dos tablets e ZFM agoniza (continua33o)	24
POLITICA	
MASKATE Senado aprova MP dos tablets e ZFM agoniza (continua33o)	25
POLITICA	
MASKATE Sinh3ozinho Braga tenta bravata na derrota dos tablets	26
POLITICA	
MASKATE Sinh3ozinho Braga tenta bravata na derrota dos tablets (continua33o)	27
POLITICA	
MASKATE Sinh3ozinho Braga tenta bravata na derrota dos tablets (continua33o)	28
POLITICA	
MASKATE Sinh3ozinho Braga tenta bravata na derrota dos tablets (continua33o)	29
POLITICA	

CAPA

Praciano diz que Amazonas não perde nem ganha com os tablets

Frente & Perfil

IMPOSTOS

A arrecadação de impostos e contribuições federais em agosto é recorde para o mês com R\$ 74,608 bilhões, informou a Receita Federal. O resultado representa um crescimento real de 8,11% em comparação com agosto de 2010. Em comparação a julho de 2011, a arrecadação teve um decréscimo de 17,63%.

Entrevista Francisco Praciano

‘ZFM não perdeu e nem ganhou nada com aprovação da MP dos tablets no Senado’

Por MARCELO PERES
ESPECIAL PARA O JCU

A aprovação da MP dos Tablets na Câmara Federal e no Senado continua dividindo as opiniões das principais lideranças políticas e econômicas do Amazonas sobre os possíveis benefícios à Zona Franca de Manaus (ZFM). Ao contrário de alguns parlamentares da bancada amazonense em Brasília, o deputado federal Francisco Praciano (PT-AM) não manifesta nenhum entusiasmo em relação à medida e é taxativo ao afirmar que o Estado “não perdeu nada e nem deixou de ganhar”, mesmo com o aumento de 4,6% para 5,6% do crédito da Cofins para a produção dos novos computadores no Brasil.

Praciano atribui o grande alarde em relação à comemoração da aprovação da MP 534 nas duas casas legislativas a um “marketing político” de quem (sorratamente) quer angariar votos e tirar vantagens do desfecho da tramitação do projeto no Congresso Nacional, tão badalado na mídia brasileira. O parlamentar falou ao *Jornal do Comercio*, expondo as suas impressões e críticas sobre o tema.



Foto: Djalma Junior

Deputado federal Francisco Praciano (PT) disse ser necessário a busca de novos caminhos para a ZFM

atrair novos investimentos e reordenar as políticas públicas. Por exemplo, em dez anos as empresas de informática destinaram R\$ 8 bilhões para o desenvolvimento de novas tecnologias na ZFM. E até agora não se viu nenhuma iniciativa nesse sentido. Todo o know how que alimenta hoje a operacionalização das empresas aqui instaladas vem de fora. O problema é que nossos governantes não pensaram no futuro.

JCU – Então, o sr. não vê boas perspectivas para a ZFM?

“

A ZFM tem condições de atrair novos investimentos, mas com foco em outros segmentos

”

Entrevista Francisco Praciano (continuação)

Deputado federal Francisco Praciano (PT) disse ser necessário a busca de novos caminhos para a ZFM

Jornal do Commercio – O sr. não vê nenhuma vantagem na produção dos tablets no Amazonas. E muito menos agora com a divisão do bolo dos incentivos fiscais com outros estados. Por que tanto pessimismo?

Francisco Praciano – Os tablets iriam gerar, no máximo 500 empregos na Zona Franca de Manaus, e deixariam quase nada em impostos. Até agora foram aprovados seis projetos de implantação para produzir os novos computadores no Amazonas. Mas quem garante se realmente eles vão ser implantados aqui mesmo. Você já viu algum projeto desse tipo implantado por aqui...?

JC – Então, não há garantias de que esse s projetos serão implantados no Amazonas...?

Praciano – Certamente, que não. Com a divisão do bolo, chineses e coreanos já manifestaram que pretendem fabricar os tablets em São Paulo, onde existem mais condições logísticas para escoar os produtos e menos custos, obviamente, com os transportes.

JC – E por que tanta comemoração de algumas lideranças políticas e econômicas da região sobre a aprovação da MP?

Praciano – É mais um marketing político de quem quer tirar vantagem sobre o

“
O impacto sobre a possibilidade de geração de novos empregos e na arrecadação é insignificante”

assunto que está em evidência na mídia. Na realidade, não perdemos nada e não ganhamos nada com a aprovação da MP na Câmara e no Senado, que, em tese, vão gerar alguns benefícios para o Amazonas. O importante é que ainda temos a ZFM, que tem condições de atrair novos investimentos, mesmo sem a exclusividade na produção dos tablets no

país.
JC – Então, o desfecho da votação da MP não foi bom para o Amazonas...?

Praciano – Claro, evidente, que não. O impacto sobre a possibilidade de geração de novos empregos e na arrecadação é insignificante em comparação a outros projetos industriais. Os tablets são processos automatizados, ocupam menos mão de obra e deixam, portanto, menos impostos.

JC – O sr. não vê nenhuma vantagem...?

Praciano – Bem, pelo menos conseguimos salvar a produção de tela de 600 m² que irá beneficiar a fabricação de televisores com tecnologia LCD e LED...

JC – O sr. fala em novos investimentos em outros segmentos no Amazonas? Quais, na sua visão, têm grandes potencialidades na região?

Praciano – Poderíamos, por exemplo, atrair novas empresas para a implantação de um polo naval no Amazonas. Temos potencial e know-how para desenvolver um projeto dessa

“
O Amazonas poderia estar exportando lanchas, iates e jet skis para o resto do mundo. Vamos brigar, portanto, pela isenção fiscal nesses novos segmentos”

dimensão. O Amazonas poderia estar exportando lanchas, iates e jet skis pro resto do mundo. Vamos brigar, portanto, pela isenção fiscal nesses novos segmentos. Podemos também fabricar ração para peixes, incentivar mais ainda a piscicultura. Nesse sentido, para diminuir o impacto com a importação de insumos para a fabricação de rações, poderíamos aproveitar a infraestrutura logística de Itacoatiara, por onde transita a produção de soja com foco no Centro-Oeste do país.

JC – Mas como atrair novos investimentos com o “velho e penoso” problema de logística na ZFM?

Praciano – Realmente,

desde a sua criação há mais de 40 anos, a ZFM não se preparou para oferecer uma infraestrutura logística que torne os produtos aqui fabricados mais competitivos no mercado. Até hoje não temos um porto e um aeroporto que atendam às demandas das empresas. Não temos estradas e nem fiscais suficientes para a liberação de produtos. Enfim, estamos isolados praticamente do resto do país. E ainda querem acabar com o nosso maior monumento natural, que é o Encontro das Águas, onde defendem a construção de um novo porto. Temos várias opções para isso.

JC – E o que fazer, então?

Praciano – Vamos

Praciano – Ao contrário, a ZFM tem condições de atrair novos investimentos, mas com foco em outros segmentos. Vamos brigar pela isenção fiscal em novos projetos, não só na área industrial, mas também no setor primário. Se a Zona Franca tivesse criado a infraestrutura logística e convertido os 5% que cada empresa de informática destina de seu faturamento para o desenvolvimento de novas tecnologias, com certeza já teríamos criado um vale do silício no Amazonas, a exemplo do que aconteceu nos Estados Unidos.

JC – Nos últimos anos oito anos o PT tem ditado os rumos da política e da economia do país. Em relação ao governo Dilma, o sr. acha que as decisões da presidente têm prejudicado a ZFM, como alega a oposição?

Praciano – Não, lógico que não. Como Lula, a presidente Dilma não tem nada de ruim para a Zona Franca de Manaus. O que temos de ruim veio mesmo do governo Collor e do governo FHC, cujas sequelas repercutem negativamente até hoje.

Trabalho

Mudança no aviso prévio gera controvérsia

Enquanto trabalhadores comemoram alteração nas regras, empresários mostram apreensão sobre o peso dos encargos

POR JULIANA GERALDO

Trabalhadores mais satisfeitos e empresários apreensivos no Amazonas. Esse foi o saldo da aprovação do PL (projeto de Lei) 3941/89 pelo Plenário da Câmara dos Deputados que estabelece o aviso prévio proporcional, aumentando a concessão do benefício dos atuais 30 dias para até 90 dias de acordo com o tempo de serviço.

"Isso significa que os trabalhadores com até um ano de atuação na mesma empresa, têm direito a 30 dias de aviso prévio, indenizados ou não conforme opção do empregador. A partir disso, para cada ano adicional serão acrescentados 3 dias de aviso. Ou seja, se o empregado que trabalhar 20 anos

no mesmo lugar terá direito a 60 dias de aviso e esse é o limite imposto pelo projeto. Somados aos 30 dias já garantidos pela constituição, o aviso prévio pode chegar até 90 dias", detalhou o presidente da Fecomercio (Federação Do Comércio de bens, serviços e turismo do Estado do Amazonas) e vice-presidente da CNC (Confederação Nacional do Comércio), José Roberto Tadros.

Segundo ele, o maior motivo de preocupação por parte das confederações foi o aumento de custos tanto para as grandes empresas quanto para as de menor porte. "Isso se deve especialmente à discussão de a lei ser retroativa para os últimos 5 anos. Nesse caso, geraria um ônus não previsto para as grandes em-

presas e poderia até mesmo quebrar as micro e pequenas. No entanto, da forma como foi encaminhada a lei é mais plausível, vai gerar ônus porém menores", avaliou.

Para os trabalhadores a medida foi considerada

benéfica. "Trata-se de uma conquista para os trabalhadores demitidos sem justa causa. Os empregadores precisam pensar mais na hora de demitir", afirmou o superintendente do SRTE-AM, Dermilson Chagas.

OPINIÃO

"A lei é importante e não há o que discutir. A ressalva é que com a competitividade acirrada qualquer custo a mais tem que ser pensado. Isso vai acabar acarretando no preço dos produtos".

Athaydes Félix
Presidente do Sinmen

"Nossa visão é de que a lei é uma conquista importante tanto para os empregados do comércio quanto para os demais".

Ana Marlene Argueles
Presidente do Sindicato dos Empregados no Comércio do Amazonas

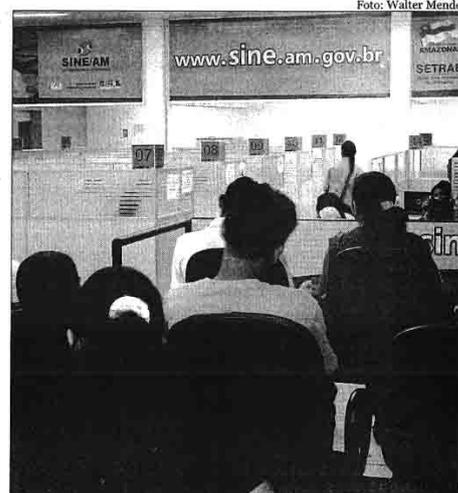


Foto: Walter Mendes
Risco de diminuir formalização de emprego é um dos pontos que faz com que medida seja vista com ressalva pelos empresários

Micro e pequenas são mais prejudicadas

Já para a gerente da Unidade Política do Sebrae-AM (Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas do Amazonas), Lamisse Cavalcanti, as micro e pequenas empresas serão as mais impactadas não apenas por

serem menores mas por empregarem no Brasil entre 60% e 65% dos trabalhadores.

"Nós estamos sempre lutando para reduzir os tributos e esse projeto de lei vai contra os nossos objetivos", lamentou.

O presidente do Sinmen (Sindicato das Indústrias Metalúrgicas, Mecânicas e de Materiais Eletrônicos de Manaus), Athaydes Mariano Félix, concorda com a posição do Sebrae. "As empresas de menor porte serão mais afe-

tada por não possuir o mesmo poder de negociação das grandes", acrescentou.

Aprovado pela Câmara na última quarta, 21, o projeto de lei deverá ser sancionado pela Presidente da República, Dilma Rousseff.

Saiba mais

Atualmente, além dos 30 dias de aviso, o trabalhador tem direito ao saldo que acumulou no FGTS (Fundo de Garantia do Tempo de Serviço) e a indenização de 40% sobre esse saldo.

Follow-Up



Pobreza ainda predomina

A concentração de renda é um traço perverso da sociedade brasileira que só recentemente, e de forma limitada, vem sendo reduzida. Há muitos locais do país em que a riqueza cresce, mas continua a concentrar-se nas mãos de poucos. A renda domiciliar-limite da miséria foi fixada, segundo critérios adotados pelo governo federal, em R\$ 70 mensais per capita. No país, portanto, 9,6% das pessoas têm renda inferior a esse valor. Grosso modo, pode-se dizer que 10% da população ainda não se libertou da condição de miserável – segmento que a presidente Dilma Rousseff promete extinguir – sem esquecer que ainda existe muita pobreza, sob qualquer critério de classificação.

Recente reportagem do jornal Folha de S. Paulo apurou que, no universo de 200 municípios com maior PIB por habi-

tante, em 30 deles a condição de miserável supera os 9,6% correspondentes à média do país. É um contraste alarmante que não se limita apenas ao nível de renda, pois há outros indicadores sociais (saneamento básico, por exemplo) que também apontam para a extrema desigualdade. Na maioria dos casos, trata-se de municípios de pequena população que abrigam grandes empreendimentos, daí o PIB per capita ser alto. Entretanto, essas atividades (instalações de mineração ou polos agropecuários), embora gerem muita riqueza, são capital-intensivas. Conquanto mobilizem grande volume de capital, criam poucos empregos.

Dos 30 municípios que se destacam por PIB e miséria elevados, em dez há uma grande obra ligada à indústria do petróleo; em oito, grandes empreendimentos pecuários ou agrícolas (soja, algodão ou milho); e em cinco, usinas hidrelétricas. Dentre as razões que levam à situação em que a riqueza gerada não seja absorvida está o fato de que os empregos mais qualificados – mais bem remunerados – são gerados longe, nos centros dinâmicos do país. Mesmo assim, a despeito de a geração de emprego local ser limitada,

não há a menor dúvida de que esses municípios prósperos se beneficiam de uma arrecadação tributária vigorosa e de externalidades positivas.

Caberia às prefeituras e

Dos 30 municípios que se destacam por PIB e miséria elevados, em dez há uma grande obra ligada à indústria do petróleo

aos governos converter os recursos abundantes (o caso de Manaus é um exemplo) em boas políticas sociais para melhorar a qualidade de vida de suas populações. Em geral tal não acontece, não apenas pela crescente corrupção que grassa no país, mas por despreparo e/ou falta de responsabilidade dos ocupantes dos cargos. As evidências de melhorias são tênues, mas há indícios de que nos últimos anos a educação e o atendimento à saúde vêm melhorando nesses

municípios. Dada a prosperidade dessas cidades privilegiadas (Manaus, com o PIM, é caso emblemático), é muito pouco o que vem sendo feito. Sobretudo porque a geração de emprego – a mais importante porta de saída da miséria – está aquém das necessidades.

Apesar do que acredita o ufanismo ingênuo dos governantes e o autoengano que prolifera na sociedade, estamos longe de ser um país rico, embora isto contradiga o que gostava de alardear o presidente Lula em suas frequentes viagens ao exterior.

Sacolas plásticas

A organização Espaço Eco desenvolveu um estudo técnico, a pedido da empresa petroquímica Braskem (produtora de resinas plásticas), e chegou à conclusão de que a eficiência de cada tipo de sacola depende do hábito de quem a usa. A comparação aponta o custo-benefício da sacola levando em conta os danos ambientais. Segundo o estudo, quanto mais vezes o consumidor joga lixo fora de casa, mais indicadas são as

sacolas descartáveis, porque elas podem ser reutilizadas. As sacolas retornáveis são indicadas para quem costuma ir muitas vezes ao supermercado. “Não há uma verdade absoluta. A pertinência depende dos cenários”, disse ao jornal Estado de São Paulo Emiliano Graziano, gerente de ecoeficiência do Espaço Eco. A quantidade de utilização das sacolas, a capacidade de carga, o custo e o nível de reciclagem são algumas das características que explicam a conclusão da pesquisa. A comparação aponta o custo-benefício da sacola em razão de seus danos ambientais. “O plástico não é o grande vilão, sob a análise do ciclo de vida”, esclareceu Graziano. “Há oportunidades em que as sacolas plásticas são mais ecoeficientes no transporte das compras para casa. E há ocasiões em que é melhor usar as retornáveis”, acrescentou. O que se precisa é educar o usuário a dar destino ambientalmente correto no descarte de sacolas usadas. As sacolas têm muitos usos nas casas das pessoas.

Esta coluna é publicada às quartas, quintas e sextas-feiras e é elaborada sob a coordenação do economista Ronaldo Bomfim. cieam@cieam.com.br e rbomfim@hotmail.com

União

Arrecadação bate recorde em agosto, mas ritmo já diminuiu

A arrecadação federal, que inclui impostos, contribuições federais e demais receitas, como os royalties, somou R\$ 74,6 bilhões em agosto deste ano, informou nesta quinta-feira (22) a Secretaria da Receita Federal. Com isso, a arrecadação bateu novo recorde para meses de agosto.

A série histórica da Receita tem início em 1995. A Receita Federal informou ainda que este é, pelo menos, o oitavo mês consecutivo no qual a arrecadação bate recorde na comparação com o mesmo mês do ano anterior.

Na comparação com agosto de 2010, o crescimento real da arrecadação (com valores já corrigidos pela inflação)

foi de expressivos 8,11%. Embora o crescimento tenha permanecido, o ritmo da expansão diminuiu, visto que, em junho e julho, o aumento real sobre igual período de 2010 superou a barreira dos 20%. O crescimento real de 8,11%, sobre agosto de 2010, é o segundo pior do ano, ficando abaixo apenas de maio (+7,18%).

Janeiro a agosto

No acumulado dos oito primeiros meses deste ano, ainda segundo informações do Fisco, a arrecadação federal totalizou R\$ 630,46 bilhões. De acordo com o órgão, o valor é recorde para os oito primeiros meses de um ano.

Na comparação com o mesmo período de 2010, o crescimento real da ar-

recadação (com valores já corrigidos pela inflação) foi de 13,26%.

Sobre o período de janeiro a agosto do ano passado, o crescimento da arrecadação foi de R\$ 107,94 bilhões. Isso sem a correção, pela inflação, dos valores arrecadados no ano passado. Este crescimento foi contabilizado com base no que efetivamente ingressou nos cofres da União.

O principal fator que explica o crescimento da arrecadação em agosto, no acumulado deste ano, é a manutenção do crescimento da economia. De janeiro a agosto, a produção industrial cresceu 1,53%, abaixo dos 1,77% registrados até julho e dos 1,91% apurados no primeiro semestre.

Atividade industrial tem recuo

O indicador de crescimento da produção industrial subiu de 50,4 para 54,9 pontos de julho para agosto, segundo dados da Sondagem Industrial da CNI (Confederação Nacional da Indústria), divulgada hoje. Em agosto de 2010, o indicador de crescimento da produção registrou 55,1 pontos. As informações são da Agência Brasil.

A pesquisa da CNI foi feita com 1.875 empresas de todo o país, entre os dias 1º e 19 de setembro. Os indicadores variam de 0 a 100, de acordo com a metodologia adotada pela CNI. Valores acima de 50 indicam evolução positiva, estoque acima do planejado ou utilização da capacidade instalada acima do usual.

Segundo a confederação, apesar do crescimento comum em agosto para atender a demanda mais elevada

A pesquisa da CNI foi feita com 1.875 empresas de todo o país, entre os dias 1º e 19 de setembro. Os indicadores variam de 0 a cem

do final de ano, a expansão "não foi suficiente para trazer o nível de atividade para o usual do período".

O nível médio de utilização da capacidade instalada subiu 1 ponto percentual, atingindo 76%. O indicador

de evolução do número de empregados subiu de 50,1 para 51,3 pontos, de julho para agosto.

Segundo a CNI, os estoques industriais continuaram a se elevar no mês (índice de 52,0 pontos) e permanecem acima do planejado (53,6 pontos). "Sinal que a produção industrial, normalmente mais aquecida no final de cada ano, poderá manter ritmo mais moderado de crescimento para ajustar os estoques industriais."

De acordo com a CNI, a contínua moderação da atividade vem reduzindo o otimismo, cada vez menos disseminado na indústria. Os índices de expectativa de demanda, compras de matérias-primas e número de empregados recuaram.

Agosto

Desemprego é o menor da série

O desemprego brasileiro ficou estável em agosto, mantendo-se no menor nível desde dezembro e registrando a leitura mais baixa para esse mês desde o início da série histórica, em 2002. A taxa nas seis regiões metropolitanas do País ficou em 6% em agosto, a mesma de julho, informou o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nesta quinta-feira.

O desemprego vem em uma tendência de estabilidade desde o começo do ano. "O mercado de trabalho está andando a passos curtos. Não houve um estímulo para o mercado contratar

mais", disse o coordenador da pesquisa mensal de emprego, Cimar Azeredo. "O estímulo seria uma maior

***O número de
trabalhadores
ocupados totalizou
22,623 milhões,
alta de 0,7% na
comparação com
julho***

confiança do investidor para expandir seus negócios e abrir vagas. É preciso uma

confiança maior no cenário interno e externo. A ocupação e a desocupação melhoraram, mas as variações não foram significativas estatisticamente. O mercado de trabalho não variou de um mês para o outro".

O número de trabalhadores ocupados totalizou 22,623 milhões, alta de 0,7% na comparação com julho e de 2,2% em relação a agosto de 2010. A população desocupada somou 1,440 milhão, queda mês a mês de 0,3% e recuo anual de 10%. "O mercado desse ano está estável, mas com melhoras frente a 2010", acrescentou Azeredo.

Superávit

Arrecadação perde fôlego mas terá aumento em 2011, diz consultoria

Embora espere uma desaceleração no ritmo da arrecadação de impostos e contribuições federais nos próximos meses, o economista da MCM Consultores Marcos Fantinatti avalia que o resultado do ano como um todo será bom o suficiente para que o governo possa cumprir a meta de superávit primário. “Esperamos uma expansão real de 11% (da arrecadação) em 2011”, disse. Ele estima uma receita total nominal de R\$ 975,5 bilhões em comparação com R\$ 826,5 bilhões obtidos no ano passado. No acumulado de janeiro a agosto, a arrecadação soma R\$ 630,464 bilhões, conforme a Receita Federal.

Ao avaliar a arrecadação de agosto - que totalizou R\$ 74,608 bilhões, um avanço real de 8,11% em relação ao mesmo mês de 2010 -, o economista acredita que serão

cada vez menos frequentes receitas atípicas nos próximos resultados. “Vamos ver cada vez menos esse efeito sobre a arrecadação. Além disso, o arrefecimento da atividade industrial tende a pesar sobre os números”, disse.

Levantamento feito pelo AE Projeções com 15 instituições financeiras mostrou que elas esperavam uma arrecadação de R\$ 72,500 bilhões a R\$ 82,000 bilhões, intervalo que gerou uma mediana de R\$ 75,600 bilhões em agosto, contra o resultado efetivo de R\$ 90,247 bilhões obtido no mês anterior. A MCM Consultores previa uma arrecadação de R\$ 75,420 no mês passado.

Em agosto, a arrecadação de impostos e contribuições administrados pelo governo foi reforçada por um depósito judicial de PIS e Cofins, de uma única empresa, no valor de R\$ 1 bilhão, segundo a Receita Federal.

Recursos

Suframa esclarece denúncias

A Superintendência da Zona Franca de Manaus (Suframa) argumentou que tem os documentos comprobatórios da aplicação de R\$ 31,7 milhões repassados no período de 2001 a 2004 pelo Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior. Os recursos eram para capacitação de recursos humanos e para remoção de famílias que ocupavam a área do Nova Vitória no Distrito Industrial pertencente ao Polo Industrial de Manaus (PIM).

Na última segunda-feira (19), o Ministério Público Federal (MPF) instaurou inquérito civil público para apurar a destinação dos recursos com base no Relatório de Fiscalização nº 527 do 2º Sorteio Público da Controladoria Geral da União (CGU). O relatório apontou irregularidades na execução dos convênios 142/2011, 143/2001 e 034/2002 para realização de cursos de mestrado, e no 024/2004 para remoção das famílias que ocupam a área do PIM. A Suframa informou que já encaminhou explicações de irregularidades encontradas por técnicos da CGU quanto aos bolsistas que pagavam pelos cursos gratuitos. Segundo a assessoria, os valores foram pagos por alunos externos beneficiados com as bolsas. Quanto à desocupação do terreno no Nova Vitória, a autarquia argumentou que a execução do projeto foi dividida em três blocos, dos quais dois já estão concluídos. **(CC)**

Desaceleração

Arrecadação soma R\$ 74,6 bi em agosto

Sem a contribuição do pagamento de tributos extraordinários, como ocorreu nos meses anteriores, a arrecadação de tributos federais somou R\$ 74,6 bilhões em agosto, um aumento de 8,1% em relação ao mesmo período do ano passado, já considerada a inflação do período.

Em relação ao mês de julho, porém, há uma queda real de 17,6%. Com isso, houve uma pequena desaceleração no ritmo de crescimento da arrecadação no ano. Até agosto, o governo federal já

recolheu R\$ 639 bilhões em impostos, valor 13,26% maior do que nos oito primeiros meses de 2010. De janeiro a julho, a taxa de crescimento da arrecadação era de 14%.

Tributos relacionados ao lucro das empresas – como o Imposto de Renda Pessoa Jurídica e a CSLL (Contribuição Social sobre o Lucro Líquido) – apresentaram queda em relação a agosto de 2010. IRPJ recuou 13%, chegando a R\$ 6,08 bilhões e a CSLL apresentou queda de 5,81%, somando R\$ 3,3 bilhões.

Mantega nega protecionismo em alta de IPI para veículos

Para ministro da Fazenda, elevação do imposto para carros importados teve como principal objetivo aumentar a competitividade e estimular a produção nacional

O recente aumento do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) sobre os veículos de fora do Mercosul não representa uma medida protecionista, disse ontem o ministro da Fazenda, Guido Mantega. Ele participa em Washington do encontro dos ministros de Finanças e presidentes

dos bancos centrais do G20 - grupo das 20 economias mais desenvolvidas do mundo.

Segundo o ministro, a elevação teve como objetivo aumentar a competitividade dos automóveis brasileiros e estimular a produção interna. "Não é uma medida protecionista", disse Mantega. "É uma medida que estimula investimentos locais

em tecnologia e que estão abertos a todos os países, a todas as empresas. Não há nenhuma restrição a que nenhuma empresa faça isso no Brasil", acrescentou o ministro.

Na semana passada, o governo brasileiro anunciou um aumento de 30 pontos percentuais na alíquota do IPI para automóveis importados e também para aqueles fabricados no Brasil cujas montadoras não usarem um mínimo de 65% de componentes nacionais e não investirem em inovação. A medida, que deve ficar em vigor até o fim do ano que vem, provocou protestos por parte de setores como revendedoras e montadoras.

Mantega não apenas rejeitou a alegação de protecionismo como defendeu o combate ao aumento de tarifas comerciais, que tende a aumentar quando a economia global entra em crise. "Nós devemos combater e temos combatido isso. Na crise de 2008, nós tivemos sucesso, porque não houve medidas protecionistas. E nós deveremos continuar defendendo a liberdade de comércio para evitar o protecionismo", declarou.

Ontem, o presidente do Banco Mundial, Robert Zoellick havia expressado preocupação com o risco de aumento de medidas protecionistas. De acordo com ele, depois de um aumento durante o auge da crise econômica mundial, houve queda no protecionismo no último ano, mas agora há o risco de que volte a crescer. "Haverá a tentação de alguns países de começar a proteger suas indústrias manufatureiras", disse Zoellick. "Não deixem os países navegar para o protecionismo."

Câmbio

Em relação à alta do dólar, que ontem chegou a ultrapassar R\$ 1,90, a maior cotação em mais de um ano, Mantega disse que esse é um movimento normal de aversão ao risco. "Está ocorrendo uma desvalorização de praticamente todas as moedas em relação ao dólar".

"Nós estamos tendo um movimento paradoxal. Até recentemente, era o dólar que estava se desvalorizando. Mas quando o risco aumenta, temos um movimento contrário. Então eu vejo um movimento normal", concluiu o ministro.

Cidade sem calçadas

Editorial

A baixa adesão ao Dia Mundial sem Carros em Manaus mostra mais uma das facetas da cidade dos contrastes. Cercada pela maior floresta equatorial do planeta, a sétima capital mais populosa do País possui pouca arborização nas vias principais, poucas calçadas, mobilidade urbana sofrível e nada planejado para o

ciclista.

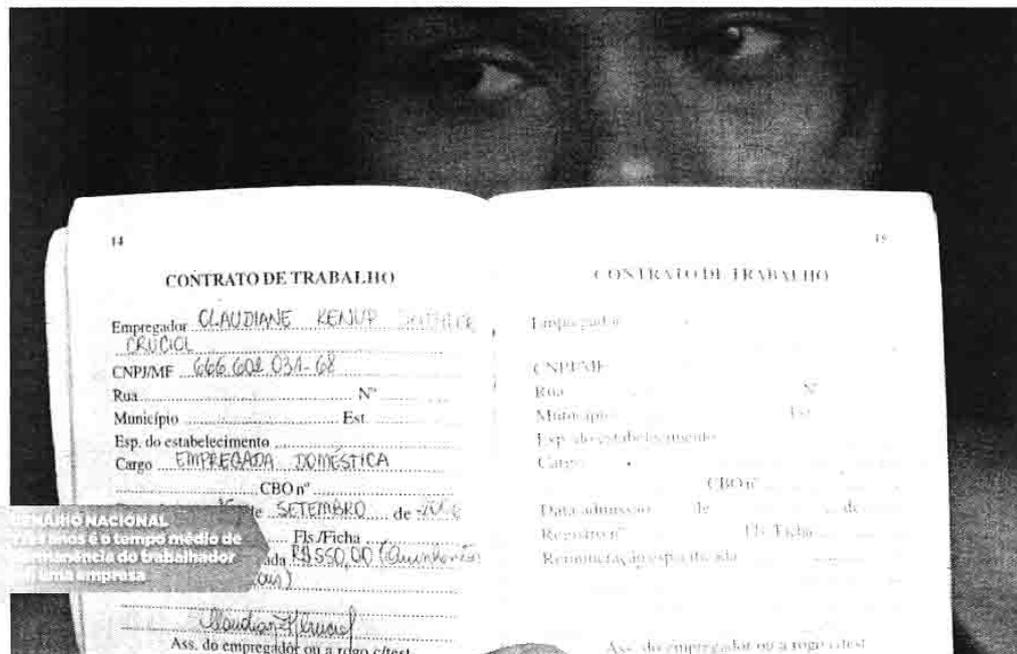
A explosão demográfica desde os anos 70 com a implantação da Zona Franca de Manaus não foi acompanhada pela infraestrutura urbana. As vias de grande fluxo construídas desde aquele período priorizaram os automóveis, em detrimento dos pedestres.

A proliferação das invasões em áreas hoje urbanas mostra como a ausência do planejamento e da aplicação da regra da lei fere a todos. Para tomar como um exemplo, entre muitos, destaca-se uma área próxima ao grande evento da Copa do Mundo de 2014.

Vide a dificuldade do

Micros e pequenos sofrerão primeiros impactos com a nova lei do aviso prévio

Na indústria, os empresários apostam que o reflexo será no aumento do custo da produção



Para os trabalhadores dispensados e que tinham somente um ano de emprego, nada se modifica com a nova regra da lei trabalhista sobre o aviso prévio

DESDE 2002 Desemprego em agosto cai ao menor nível

A taxa de desemprego apurada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) nas seis principais regiões metropolitanas do País ficou estável em 6,0% em agosto, no mesmo nível registrado em julho, e é a menor para o mês desde o início da série histórica, em 2002. O rendimento médio real habitual dos trabalhadores ocupados no País em agosto, de R\$ 1.629,40, chegou ao mais alto patamar da série histórica. O valor representa uma alta de 0,5% em comparação a julho e de 3,2% em relação ao mês do ano passado. Em julho, os trabalhadores receberam, em média, R\$ 1.620,82.

A formalização contribuiu para o aumento da renda, segundo o gerente da Coordenação de Trabalho e Rendimento do IBGE, Cimar Azeredo. O número de empregados com carteira assinada no setor privado subiu 0,7% em agosto ante julho, com 82 mil vagas formais. Na comparação com agosto de 2010, o aumento foi de 7,5%, 764 mil vagas com carteira assinada.

Formalização e renda
"A formalidade pode ser uma das razões desse aumento no rendimento. Há mais pessoas com carteira assinada ganhando melhor. Embora esse grupamento tenha apresentado queda no rendimento, no montante geral, eles estão mais numerosos e puxam o rendimento para cima", disse Azeredo.

A massa de rendimento médio real habitual dos ocupados foi de R\$ 37,2 bilhões, em agosto, 1,4% acima da registrada em julho e 5,6% maior em relação a agosto de 2010. A massa de rendimento real efetivo dos ocupados ficou em R\$ 36,9 bilhões em julho de 2011, um aumento de 1,4% ante o mês anterior e de 5,7% na comparação com o mesmo período de 2010.

Na análise regional, o contingente de desocupados mostrou um quadro de estabilidade.

TEXTO Rosana Villar
FOTO Wilson Dias/ABR

MANAUS

As novas regras para o aviso prévio aprovadas antecorrem pela Câmara dos Deputados e que tratam da ampliação de 30 para até 90 dias no período máximo de aviso prévio que o empregador deve conceder ao trabalhador dispensado sem justa causa poderá afetar mais severamente as médias, pequenas e microempresas.

Essa é avaliação do presidente da Federação do Comércio de Bens, Serviços e Turismo do Estado do Amazonas (Sesc/AM) e vice-presidente da Confederação Nacional do Comércio, José Roberto Tadros.

"Empresas grandes conseguem se programar e remanejar seus investimentos. Já para as menores, conseguir capital é mais difícil e sai bem mais caro", afirma.

Segundo Tadros, a aprovação da lei será menos noci-

va para os empresários do que uma possível intervenção do Supremo Tribunal Federal (STF), já que nesta instância existe a retroatividade de benefícios. "Se fosse para o STF, trabalhadores desvinculados das empresas há até cinco anos também teriam direito ao aviso e se isso acontecesse veríamos muitas empresas quebrando", declarou ele. Para tornar-se lei, o projeto ainda depende de sanção presidencial.

O aviso prévio é garantido pela constituição federal, de 1988, e trata-se de um mecanismo criado para que empresas e empregados possam se adaptar às mudanças geradas pela troca de funcionários. "No entanto, quando foi promulgado, ficou estabelecido que o Congresso iria regulamentar os detalhes do aviso prévio, só que isso nunca foi feito, até agora", afirmou Tadros.

Pela lei atual, a empresa que dispensar um funcionário sem justa causa deve conceder 30 dias de aviso prévio pago. A

FRASE



Dermilson Chagas. Sup. da SRTE

O empresário não perde dinheiro com isso, pois se o aviso não for indenizado o funcionário estará lá produzindo"

Sobre os reflexos da nova lei do aviso prévio.

novidade trazida pelo Projeto de Lei 3941/89, aprovado antecorrem, é o acréscimo de mais três dias de aviso por cada ano trabalhado, com limite máximo de 60 dias de acréscimo. Com isso, um trabalhador

que atuou por pelo menos 20 anos na mesma empresa terá direito a 90 dias de aviso prévio, que poderão ser trabalhados ou indenizados.

Para o presidente da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas (Fieam), Antônio Silva, a lei afetará os custos de produção do Brasil. "Toda mudança tributária, trabalhista ou fiscal aumenta o custo de produção, pois se cria um gasto adicional que não estava previsto nos orçamentos. Mas vamos tentar resolver a situação".

De acordo com o superintendente regional de Trabalho e Emprego do Amazonas (SRTE/AM), Dermilson Chagas, a medida não causará grandes impactos à cadeia produtiva. "Estamos falando de funcionários que ficam 20 anos em uma empresa. Estatisticamente, este número é muito pequeno, tendo em vista que a média de rotatividade no Brasil é de três anos e que a cultura do empresário brasileiro seja de demissão ao primeiro sinal de crise", justificou Chagas.

Mudanças no IPI forçam clientes a cancelar pedidos de carros importados

PICANTO / KIA

R\$ 46,9 mil

Esse é o atual valor do veículo na versão automática com fabricação 2011 vendido em Manaus.

R\$ 59 mil

Valor que deverá custar o veículo ao ser reajustado de acordo com o aumento do IPI.

I 30 / HYUNDAI

R\$ 68,9 mil

Valor do veículo antes de sofrer os impactos do novo IPI definido pelo governo federal.

R\$ 86,8 mil

Valor que o veículo deverá custar ao consumidor com o reajuste do imposto de importação.

X1 / BMW

R\$ 125 mil

Valor atual praticado pelas concessionárias de Manaus sem o reajuste do imposto.

R\$ 157,5 mil

Esse será o novo valor do veículo após o reajuste do imposto de importação.

TEXTO Henrique Saunier
FOTO Danilo Mello

MANAUS

Passada uma semana da decisão do governo federal que aumentou em 30 pontos percentuais o Imposto de Produtos Industrializados (IPI) para indústria de automóveis importados, concessionárias em Manaus e importadores de veículos sofrem com as medidas protecionistas do governo federal. Com um acréscimo estimado de 26% em cima do valor final dos veículos importados, esses estabelecimentos enfrentam cancelamento de pedidos e a incerteza dos preços praticados.

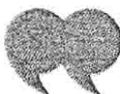
A medida, anunciada na semana passada pelo governo federal, aumenta o imposto

sobre veículos que não tenham pelo menos 65% das peças fabricadas no Brasil. “Estamos que nem cego em tiroteio. Tivemos de parar as vendas até saírem as tabelas com os novos preços, na próxima sexta ou segunda-feira”, declarou o gerente de vendas da importadora Jet Tech, Ricardo Cunha.

Ele revelou que agora, quando vai pesquisar junto aos fornecedores os preços dos carros, já informa ao cliente o acréscimo de 30%.

Na avaliação do sócio-proprietário da Amazon Import, Juarez Melo, a situação não está nada favorável para estabelecimentos como o dele. “Tínhamos encomendas feitas, mas agora está tudo parado. Já sabemos de casos de clientes cancelando pedidos por conta

FRASE



Ricardo Cunha,
Gerente da Jet Tech

Estamos que nem cego em tiroteio. Tivemos de parar as vendas até saírem as tabelas”

Sobre a suspensão da importação de veículos

dessa medida”, afirmou o empresário.

Melo disse ainda que esse plano “veio para acabar com quem trabalha com os importados e prejudica um setor importante para a economia”.

Segundo ele, em alguns casos, o preço para o cliente final poderá chegar a até 40% mais caro com o aumento do IPI, a exemplo do Camaro, da Chevrolet, que pode sair de R\$ 100 mil até R\$ 140 mil, depois da medida. Ele ressalta que esse é o valor para as empresas e que aos consumidores o bem poderá chegar até R\$ 160 mil.

O gerente-geral da Braga Motors – representante da BMW em Manaus –, Fabrício Venâncio, ressaltou que a marca alemã pediu “um tempo” até o fim do mês, pois deve ser a única a entrar com uma limi-

nar contra a medida. Sem saber o quanto deve ficar a média de preço dos veículos após o aumento, Venâncio destacou que os clientes preferiram não esperar e iniciaram uma corrida para obter carros em estoque, antes do reajuste.

“Tínhamos 20 carros importados em estoque e a demanda foi tão grande que em uma semana vendemos oito. Temos agora poucas unidades de importados em estoque e essa reserva não vai durar muito”, afirmou.

Preços

De acordo com a Associação Brasileira das Empresas Importadoras de Veículos Automotores (Abeiva), a estimativa é que os veículos sofram um aumento real de uma média de 26%.

Cresceu a atividade da indústria em agosto, aponta estudo da CNI

A Confederação Nacional da Indústria (CNI) divulgou ontem a 'Sondagem Industrial' de agosto. Segundo o estudo, o nível de atividade industrial marcou 54,9 pontos em agosto, ante 50,4 pontos em julho.

Para a CNI, mesmo com crescimento em relação a julho, esse indicador está abaixo do normal para o período.

O estudo considera uma escala entre zero e cem, na qual valores acima de 50 pontos significam evolução posi-

tiva, estoque acima do planejado ou Utilização da Capacidade Instalada (UCI) acima do usual. Em julho do ano passado, o indicador de nível de atividade marcava 55,1 pontos.

O economista Marcelo Azevedo, da CNI, explica que há uma expectativa de demanda menor do que o comum para este final de ano. Além disso, a indústria vem acumulando estoques indesejados desde janeiro, o que se acentuou nos últimos meses.

EDITAL DE CONVOCAÇÃO



Ministério do
Desenvolvimento, Indústria
e Comércio Exterior



O SUPERINTENDENTE ADJUNTO DE PROJETOS, pelo presente, convoca os representantes das empresas abaixo relacionadas, por não estarem instaladas no endereço informado no cadastro da Suframa, estando em local incerto e não sabido, a comparecerem num prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data de publicação deste, na unidade administrativa COORDENAÇÃO GERAL DE ACOMPANHAMENTO DE PROJETOS INDUSTRIAIS - CGAPI, localizada na Av. Ministro Mário Andreazza, nº 1424 – Distrito Industrial, a fim de tratar de assunto relativo aos respectivos projetos industriais.

EMPRESA	INSCRIÇÃO SUFRAMA	CNPJ
2M INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS LTDA.	201159015	07.443.774/0001-36
J. R. COMÉRCIO E REPRESENTAÇÕES LTDA.	201064014	00.418.286/0001-20
NITRIX PRODUTOS ELETRÔNICOS DA AMAZÔNIA LTDA.	201254018	07.311.102/0001-77
SACOPEL INDÚSTRIA DE PLÁSTICOS E PAPEL LTDA.	200354019	04.951.638/0001-69
SUNSIX INDÚSTRIA ELETRÔNICA LTDA.	201193019	07.971.626/0001-94
VEGAT RÔNIC PARTICIPAÇÕES E COMÉRCIO DE EQUIPAMENTOS ELETRÔNICOS LTDA.	201204010	07.692.902/0001-85

Manaus, 19 de setembro de 2011

OLDEMAR IANCK
Superintendente Adjunto de Projetos

CAPA

Bancada da bajulação faz estragos na Zona Franca

CAPA

**Senado
aprova MP
dos tablets**

Fala Sério

Contingenciadas

Com o rolo compressor dos interesses do Planalto com relação a São Paulo, o Amazonas - e sua bancada reduzida - sequer se atreveu a procurar os colegas dos Estados vizinhos que formam a Amazônia Ocidental para defender o modelo ZFM. Eles nem querem ouvir falar de Manaus, desde que as verbas da Suframa foram suspensas.

Oportunismo



Enquanto isso, o oportunismo de plantão do deputado Francisco Praciano tenta arranjar uma brecha em Brasília para discutir o tombamento do Encontro das Águas, para atrair holofotes e incautos ao seu propósito municipal. Não importa se nessa luta ambiental e paisagística ele esteja do lado da máfia portuária local, que quer impedir o novo terminal portuário.

Semeadura marota

Felizmente o descrédito do brizolista infiltrado é galopante, desde que abandonou as lutas populares que o fizeram credenciado junto ao crivo eleitoral. Praciano esqueceu a Kombi e a humildade. E vai colher em breve a semeadura da própria figuração.

Hipocrisia suspeita

Os "democratas" do tombamento fazem questão de ignorar que a sentença do juiz federal suspendeu o processo de preservação arqueológica da área do Encontro das Águas "...até que a população seja ouvida". Haja chibata pra alimentar a hipocrisia.

Ninguém merece...

- A presidente Dilma, provavelmente, não virá a Manaus para inaugurar a Ponte do Nunca, caso se confirmem os rumores de protesto.
- Alguns movimentos sindicais e estudantis, fora da área de cabresto do PT, PSOL e PCdoB, preparam uma recepção condigna com o descaso federal.
- É de inteira responsabilidade de Dilma e do PT o episódio dos tablets que confirma o processo de esvaziamento da ZFM.
- E da absoluta negligência federal com o apagão energético, a precariedade das comunicações e descaso com a infraestrutura logística.
 - Então, morra!

Senado aprova MP dos tablets e ZFM agoniza

O Senado aprovou nesta quarta-feira a medida provisória 534, que dá incentivos fiscais para a produção de tablets, computadores portáteis de mão, no Brasil. A medida zera a alíquota de PIS/Pasep (Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público) e da Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) sobre os ta-

blets feitos no país.

Com o objetivo de incentivar a produção de tablets em território nacional, a MP foi apresentada pelo Executivo depois da visita da presidente Dilma Rousseff à China no começo do ano. Na ocasião, a Foxconn, fabricante terceirizada do iPad, da Apple, apresentou um plano de investimentos no país e pediu apoio do governo por meio de incentivos fiscais.

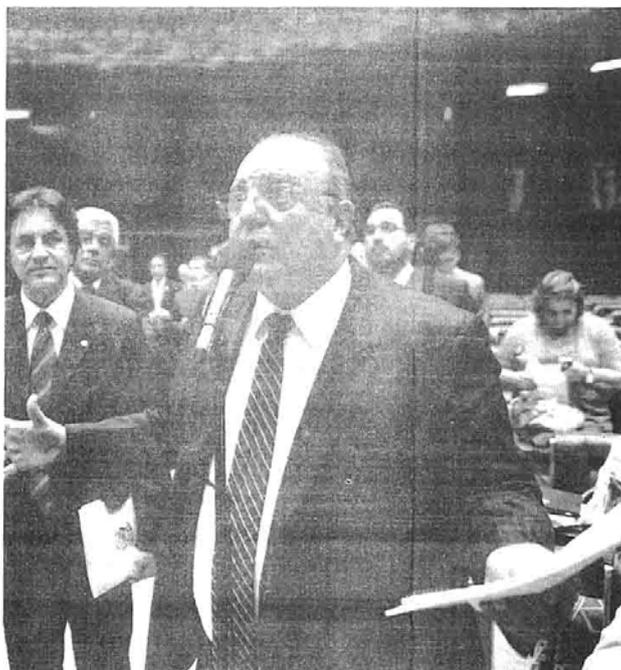
Mais ZPEs no país



Além dos incentivos à produção dos tablets, a matéria aumenta o prazo para que administradoras de Zonas de Processamento de Exportações (ZPEs) criadas a partir de 23 de julho de 2007 iniciem suas obras de implantação. O tempo permitido passa de 12 para

24 meses. A medida já havia sido aprovada na Câmara dos Deputados no início deste mês e vai agora à sanção presidencial.

Entre as companhias que já demonstraram interesse em fabricar tablets no Brasil estão a Positivo e a ZTE, além da Foxconn.



Câmara já havia aprovado

A Câmara dos Deputados aprovou mês passado, medida provisória que estabelece incentivos para a produção de computadores tablets no Brasil. A MP, aprovada por votação simbólica, zera as alíquotas do PIS/Pasep (Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público) e da Cofins (Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social) cobrados sobre a venda dos produtos no mercado interno. De acordo com a relatora da proposta, deputada Manuela D'Ávila (PCdoB-RS), a MP tem a intenção de garantir os incentivos e o consumo desse tipo de computadores, caracterizados como "máquinas de processamento" portáteis, sem teclados e com tela sensível ao toque com medidas entre 140 e 600 centímetros quadrados, o que as difere de celulares e televisores. "Mais pessoas poderão ter acesso a essa tecnologia", disse a relatora a jornalistas.

Relatora retirou pontos polêmicos para aprovação

A relatora da Medida Provisória 534/11, deputada Manuela d'Ávila (PCdoB-RS), está explicando neste momento as

mudanças no relatório feitas entre ontem e hoje, fruto de um acordo para que a MP seja votada. A MP reduz a zero o PIS e a

Cofins incidentes sobre a venda de tablets produzidos no Brasil. A deputada disse que desistiu de algumas partes que havia inclui-

do no relatório. Eram mudanças sobre o Centro de Excelência em Tecnologia Eletrônica Avançada (Ceitec), a reestruturação da Fi-

nep e a dedução no Imposto de Renda dos gastos das empresas de softwares com capacitação de pessoal.

Senado aprova MP dos tablets e ZFM agoniza (continuação)

Em vez de tablets, tabletes da Knorr

Quase 24h depois do anúncio de que o Governo do Amazonas iria ajuizar Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal (STF) contra o Decreto 57.144 do Governo de São Paulo, que concede incentivo fiscal à produção de tablets naquele Estado, a população do Amazonas já pode comemorar. Nesta sexta-feira (29), o STF decidiu que o Pólo Industrial de Manaus (PIM) será o único a produzir os tabletes da empresa de alimentos Knorr.

A decisão pegou o Governo de São Paulo de

surpresa, que terá que se contentar em produzir apenas os tablets da Nokia, Motorola, Samsung e todos os outros. O governador Omar Aziz comemorou o que classificou como sendo "a maior vitória" do povo amazonense em toda a História, só perdendo em para a ocasião em que a estudante Francisca Costa de Figueiredo, do município de Boca do Acre (longe pacas de Manaus), foi escolhida em 2007 para participar do quadro "Soletrando", do programa "Caldeirão do Huck", da rede Globo.

Enquanto isso, Suframa agoniza

A emenda proposta pela senadora Vanessa Grazziotin (PC do B), aprovada no Senado Federal, que libera R\$ 1,2 bilhão de recursos contingenciados no Governo Federal, foi veado pela presidente Dilma Roussef (PT), impossibilitando investimentos no pólo Industrial de Manaus.

Para os deputados estaduais, o que causou estranheza foi o posicionamento adotado pela bancada fe-

deral do Amazonas após a decisão presidencial. Todos os representantes do Amazonas resolveram votar a favor do veto, inclusive a senadora Vanessa Grazziotin, autora da emenda.

"Submissão tem limite. Não é possível aceitar a paralisação do Parque Industrial e ainda apoiar o veto da presidente Dilma Roussef", avallou, à época, o deputado estadual Marcelo Ramos (PSB).

A importância do tablet



Um tablet PC ou simplesmente tablet é um dispositivo pessoal em formato de prancheta que pode ser usado para acesso à Internet, organização pessoal, visualização de fotos, vídeos, leitura de livros, jornais e revistas e para entretenimento com jogos 3D. Apresenta uma tela touchscreen que é o dispositivo de entrada principal. A ponta dos dedos ou uma caneta aciona suas funcionalidades. É um novo conceito: não deve ser igualado a um computador completo ou um smartphone, embora possua diversas funcionalidades dos dois.

Recentemente, foram lançados tablets da Ap-

ple (iPad) e da Samsung (Galaxy Tab). Eles fazem parte de uma nova leva de tablets que possuem um Sistema Operacional feito para eles, ao invés de utilizar o mesmo sistema operacional do computador. Há também tablets chamados de epads, ltablets, zpad, etc. No passado, foi comum ver no mercado o que chamávamos de Tablet PC: um computador pessoal com o formato de tablete ou prancheta, que pode ser acessado com o toque de uma caneta especial. Desta maneira, o usuário poderá utilizar o computador sem um mouse ou teclado.

Senado aprova MP dos tablets e ZFM agoniza (continuação)

Governo do Amazonas chiou



Uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) contra o decreto 57.144 do governo de São Paulo, que concede incentivo fiscal à produção de tablets naquele Estado, foi protocolada pelo governador Omar Aziz, no Supremo Tribunal Federal (STF), em Brasília, em julho. Em reunião com o presidente do STF, Cezar Peluso, Omar expôs ao ministro os impactos que o decreto deve gerar na economia do Amazonas. O governador considerou proveitosa a reunião com o mi-

nistro por se tratar de uma oportunidade de argumentar sobre a inconstitucionalidade do decreto paulista e seus impactos na produção do Pólo Industrial de Manaus (PIM).

O encontro foi acompanhado pelo procurador geral do Estado, Frânio Lima, o senador Eduardo Braga e os deputados federais Pauderney Avelino e Sabino Castelo Branco.

Após encontro com o presidente do STF, Omar Aziz reafirmou sua confiança na presidente Dilma

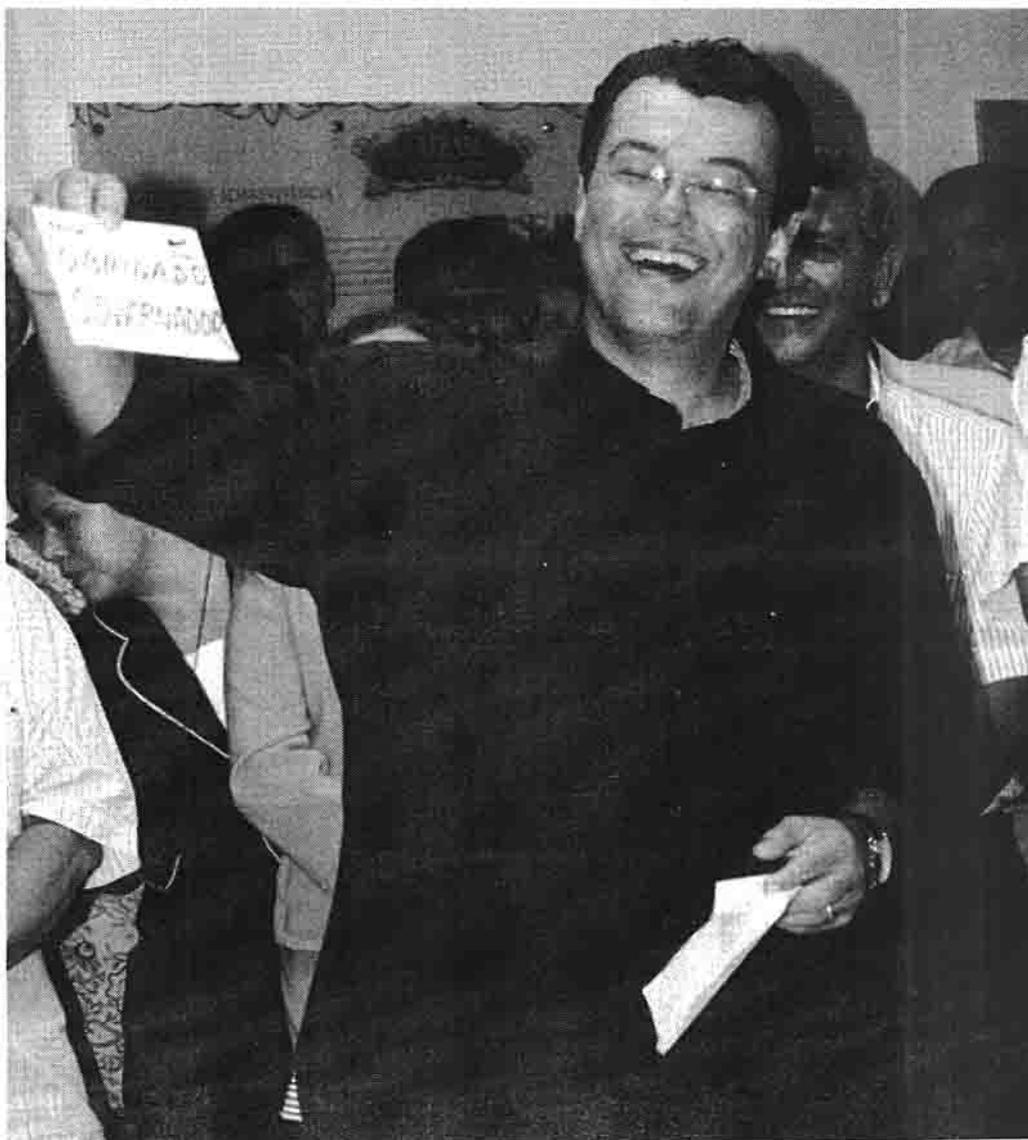
Rousseff e disse que ela tem compromisso com o Amazonas.

“Minha posição em relação ao Governo Federal é muito clara. Ela (presidente Dilma Rousseff) deu a palavra dela que iria preservar as vantagens competitivas do nosso polo industrial” defendeu à época. Ele frisou, ainda, que tanto ele quanto a bancada de parlamentares do Amazonas permanecerá atenta e cobrando soluções para que o Amazonas não perca investimentos e empregos.

Sinhôzinho Braga tenta bravata na derrota dos tablets

✓ *Sassá Lula Mutema quer o nome da ponte*

Os parlamentares do PT, leia-se Francisco Praciano e João Pedro Gonçalves, no afã de ganhar no grito a cadeira da Suframa, trataram de descredenciar o modelo junto à cúpula de poder no Planalto e nada fizeram, com os demais colegas de bajulação da Corte - Vanessa e Cia., para brechar a Medida Provisória dos tablets, o começo de uma tragédia que sinaliza o fim do esvaziamento do modelo. Muito pelo contrário: eles aplaudiram o companheiro Mercadante, candidato ao governo de São Paulo em 2014, beneficiário da medida que compartilhou com a canalha paulista os benefícios fiscais que a Constituição confere à Zona Franca de Manaus. E mais, se omitiram junto ao ministro do Desenvolvimento, teoricamente o responsável pela Suframa, com relação às desculpas da implosão da ZFM, "cuja vocação industrial tem que ser de base ecológica". Fernando Pimentel, o tal ministro, que propôs essa saída para a desindustrialização do modelo, entretanto, está deixando o Centro de Biotecnologia da Amazônia fechar as portas por falta de pagamento



Sinhôzinho Braga tenta bravata na derrota dos tablets (continuação)

Muita lábia e pouco trabalho

Eduardo Braga comandou no plenário do Senado nessa quarta-feira, a aprovação da medida provisória que reduz os impostos sobre os computadores portáteis do tipo prancheta, conhecidos como tablets, produzidos no Brasil. Na qualidade de relator da matéria, o senador ressaltou a 'urgência' para evitar que a valorização do real acabe agravando o desequilíbrio na balança comercial de bens de tecnologia da informação e comunicação. Sequer teve tempo de acessar o noticiário da semana e constatar que nos últimos dias o dólar subiu 17%, deixando seus argumentos marotos e publicitários sem fundamentação. Na próxima campanha local do PMDB, ele vai figurar com exclusividade e arranjar "inimigos da Zona Franca" no imaginário eleitoral para posar ao lado de Sassá Lula Mutema, o salvador da Pátria.

Sinhôzinho Braga tenta bravata na derrota dos tablets (continuação)

Não leu o Regimento

“O grande potencial de venda, tanto no mercado interno como no externo, justifica a exigência de fabricação (dos tablets) no Brasil. A medida melhorará o perfil das exportações brasileiras, ainda fortemente calcadas em produtos primários, e contribuirá para o equilíbrio do balanço de transações correntes”. Se tivesse lido o Regimento do Senado, Braga entenderia que sua função

prioritária é defender o Estado que representa na Câmara Alta. “O equilíbrio das transações correntes é competência do ministério da Fazenda”, se é que resta algum esclarecimento. Mas a comédia está no fim. O senador já arruma as malas e a desculpa para voltar a Manaus, Meu Ciúme. E tentar explicar as razões de sua trágica passagem pela representação eleitoral federal do Amazonas.

Lula, o amigo (das vantagens) do Amazonas

A Zona Franca de Manaus leva alguma vantagem no IPI. Uma vitória do constrangimento geral. Será 0,65% menor para as empresas estabelecidas no Pólo Industrial de Manaus. Um número que se esgota quando comparado com a atração de investimentos exercida por estados com melhor infraestrutura e mercado consumidor. Nada excitante para as multinacionais, que vão optar pelo Sudeste, onde há mão de

obra especializada, portos, aeroportos e gente com poder de compra. Na prática, foi uma derrota, que deve ser atribuída a diminuta bancada do Amazonas, que acordou tarde para mudar esse cenário. É bom lembrar que essa medida foi gerada no apagar das luzes da gestão Lula. Muy amigo, que fez do estado um minério de votos e de recursos marotos para seu projeto político. Com apoio da bancada da bajulação.

Sinhôzinho Braga tenta bravata na derrota dos tablets (continuação)

Rotta na torcida



Ao prestar contas sobre a participação no Fórum Nacional “O PMDB e os Municípios-Cidadão-Cidade-Cidadania”, no último dia 15, em Brasília, o deputado estadual Marcos Rotta (PMDB) afirmou, na manhã desta terça-feira (20), que Manaus deverá receber candidato do PMDB à Prefeitura Municipal em 2012. Além disso, o parlamentar esboçou sua torcida em torno do nome do senador peemedebista Eduardo Braga para compor chapa majoritária.

“Manaus haverá de receber, no próximo ano, candidato do PMDB a prefeito. Eu torço para que essa cidade possa ser governada por alguém que tenha espírito público, responsabilidade e, principalmente, respeito às

leis que regem o nosso país e à sociedade manauense”, destacou Rotta, ao acrescentar que, no momento, o nome mais indicado para o cargo é o do senador Eduardo Braga. “Eu rogo para que o senador Eduardo Braga possa ser o candidato do PMDB à prefeitura para resgatar a autoestima de Manaus, que está diante de péssimos administradores. Nos últimos anos, as gestões foram ineficientes, como foi a do ex-prefeito Serafim Correa e como está sendo a do prefeito Amazonino Mendes. Por isso, rogo para que a gente tenha alguém com experiência, juventude, espírito público e com vontade de trabalhar pela cidade como o nosso senador”, ressaltou o parlamentar.